



# LISTAGEM DAS LEIS PERTINENTES

## DECRETOS

**Decreto 25.174 A de 1948** - Medidas de estímulo à produção alcooleira do país;

**Decreto 3546 de 17/07/2000** - Cria o Conselho Interministerial do Açúcar e do Álcool – CIMA;

**Decreto 410 de 1991** - Dispõe sobre as condições de suprimento de álcool etílico para as indústrias alcoolquímicas da Região Nordeste;

**Decreto 507 de 1992** - Aprova a Estrutura Regimental do Ministério de Minas e Energia;

**Decreto 57020 de 1965** - Dispõe sobre a concessão de terra ao trabalhador rural da lavoura canavieira;

**Decreto 6514 de 22/07/2008** - Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações;

**Decreto 82476 de 1978** - Estabelece normas para o escoamento e a comercialização do álcool para fins carburantes;

**Decreto Estadual 49566 de 25/04/2005** - Dispõe sobre a intervenção de baixo impacto ambiental em áreas consideradas de preservação permanente pelo Código Florestal;

**Decreto Estadual 49723 de 24/06/2005** - Institui o Programa de Recuperação de Zonas Ciliares do Estado de São Paulo;

**Decreto Lei 3855 de 1941** - Estatuto da Lavoura Canavieira;

**Decreto Lei 3855 de 21/11/1941** - Estatuto da Lavoura Canavieira;

**Decreto Lei 9827 de 1946** - Dispõe sobre a produção açucareira;

**Decretos nº 96.044**, de 18 de maio de 1988, e 98.973, de 21 de fevereiro de 1990, respectivamente;

**Decreto Nº 96.044 de 18/05/1988**: Aprova o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos e dá outras providências;

**Decreto-Lei nº 2.063 de 06/10/1983**: Dispõe sobre multas a serem aplicadas por infrações à regulamentação para a execução dos serviços de transporte rodoviário de cargas ou produtos perigosos e dá outras providências.

## INSTRUÇÕES NORMATIVAS

**Instrução Normativa IBAMA 65, de 13/04/2005** - Estabelece os procedimentos para o licenciamento de Usinas Hidrelétricas - UHE e Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCH e cria o Sistema Informatizado de Licenciamento Ambiental Federal - SISLIC, Módulo UHE/PCH;

**Instrução Normativa IBAMA 76, de 31/10/2005** - Dispõe sobre o Ato Declaratório Ambiental - ADA, e dá outras

providências;

## LEIS

**Lei 4071 de 15/06/1962** - Dispõe sobre o pagamento para lavradores de cana, que forneçam a usinas de açúcar ou destilarias;

**Lei 4870 de 1/12/1965** - Dispõe sobre a produção açucareira, a receita do Instituto do Açúcar e do Alcool e sua aplicação;

**Lei 5654 de 14/05/1971** - Dispõe sobre a produção açucareira do País;

**Lei 8028 e 8029 de 1990** - Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios / Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal;

**Lei 8117 de 13/12/1990** - Dispõe sobre o controle prévio das exportações e importações de açúcar, álcool, mel rico ou mel residual (melaço);

**Lei 8393 de 30/12/1991** - Extingue a contribuição e o adicional incidentes sobre as saídas de açúcar a que se referem os Decretos-Leis n°s 308°, de 28 de fevereiro de 1967 e 1952, de 15 de julho de 1982, os subsídios de equalização de custos de produção de açúcar; e dispõe sobre isenção de IPI nas operações que menciona.

**Lei 9362 de 13/12/1996** - Dispõe sobre medidas reguladoras do abastecimento do mercado interno de produtos do setor sucroalcooleiro.

**Lei 9478 de 06/08/1997** - Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo

**Lei 9605, de 12/02/1998** - Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente;

**Lei Estadual 9989 de 22/05/1998** - Dispõe sobre a recomposição da cobertura vegetal no Estado de São Paulo;

**Lei Federal 4771 de 15/09/1965** - Institui o novo Código Florestal;

**Lei Federal 7803 de 15/08/1989** - Altera a redação da Lei n° 4.771, de 15 de setembro de 1965, e revoga as Leis n°s 6.535, de 15 de junho de 1978, e 7.511, de 7 de julho de 1986;

**Lei Federal 12.305/2010** - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei n° 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências;

**Constituição Federal – art. 7º;**

**Lei 5.889/73** – Trabalho Rural e Decreto 73.626/74;

**Lei 8.036/90** – Fundo de Garantia;

**Lei 4.090/62** – 13º Salário;

**Lei 695/49** – Descanso Semanal Remunerado;

**Lei 8.213/91** – Previdência Social;

**Lei 7.998/90** – Seguro Desemprego;

**Lei 718/2008** – Trabalho por pequeno prazo

**Lei 13.467/2017** – Reforma Trabalhista;

**Lei 13.606/2018** – FUNRURAL;

**Lei 13.429/2017** – Terceirização;

## **CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO - CLT**

**Lei nº 10.357, de 27 de dezembro de 2001:** Estabelece normas de controle e fiscalização sobre produtos químicos que direta ou indiretamente possam ser destinados à elaboração ilícita de substâncias entorpecentes, psicotrópicas ou que determinem dependência física ou psíquica, e dá outras providências.

## **NORMAS REGULAMENTADORAS**

**NR 1** - DISPOSIÇÕES GERAIS e GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS

**NR 5** - COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES

**NR 6** – EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPIS

**NR 7** – PCMSO - PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL

**NR 9** – AVALIAÇÃO E CONTROLE DAS EXPOSIÇÕES OCUPACIONAIS A AGENTES FÍSICOS, QUÍMICOS E BIOLÓGICOS

**NR 12** - SEGURANÇA NO TRABALHO EM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

**NR 15** - ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES

**NR 16** - ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS

**NR 20** - SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO COM INFLAMÁVEIS E COMBUSTÍVEIS

**NR 31** – SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO NA AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA, EXPLORAÇÃO FLORESTAL E AQUICULTURA

**NBR 11564** - EMBALAGEM DE PRODUTOS PERIGOSOS - CLASSES 1, 3, 4, 5, 6, 8 E 9 – REQUISITOS E MÉTODOS DE ENSAIO

**NBR 7500/2011** - Define a identificação para transporte (Símbolos de risco), manuseio, movimentação e



## LISTAGEM DAS LEIS PERTINENTES

armazenamento de produtos.

**NBR 7501/2011** - Define a terminologia para o transporte de produtos perigosos

**NBR 7503/2008** - Define as características, dimensões, conteúdo e preenchimento da Ficha de Emergência e Envelope para o Transporte de produtos perigosos.

**NBR 9735/2008** - Define o conjunto de equipamentos para situações de emergência no transporte rodoviário de produtos perigosos

**NBR 12982/2003** - Define procedimentos para desvaporização terrestre de produtos perigosos – classe de risco 3 – Líquidos inflamáveis.

**NBR 13221/2010** - Define os requisitos para o transporte de resíduos

**NBR 14064/2003** - Define o Atendimento de Emergência no Transporte Rodoviário de produtos perigosos

**NBR15481/2008** - Estabelece os requisitos operacionais mínimos para o transporte rodoviário de produtos perigosos referentes à saúde, segurança, meio ambiente e qualidade, sem prejuízo da obrigatoriedade de cumprimento da legislação e normas vigentes.

**NBR 10004/2004** - Resíduos sólidos – Classificação

**NBR 14725-1/ 2009 Versão corrigida 2010** - Define os termos empregados no sistema de classificação de perigo de produtos químicos, na rotulagem de produtos químicos perigosos e na ficha de informações de segurança de produtos químicos (FISPQ).

**NBR 14725-4/ 2009 Versão corrigida 2010** - Apresenta informações para a elaboração de uma ficha de informações de segurança de produto químico (FISPQ).

### PORTARIAS

**Portaria MICT 304 de 09/08/1995**

**PORTARIA DAEE nº 1.631, de 30.05.2017** – OUTORGA E DISPENSA DE OUTORGA

**PORTARIA No- 194, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2010** - Altera a Norma Regulamentadora n.º 6 (EPI).

**Portaria MT 349 de 4 de junho de 2002:** Aprova as Instruções para a Fiscalização do Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos no Âmbito Nacional.

**Portaria MT nº 254 de 10 de julho de 2001:** Altera as Instruções Complementares ao Regulamento do Transporte Terrestre de Produtos Perigosos, anexas à Portaria nº 204/MT, de 20/5/97. (Substituído pela Resolução ANTT no. 420 de 12/02/2004).

**Portaria MT nº 170 de 9 de maio de 2001:** Exclui da Portaria/MT, nº 204, de 20/5/97, do Capítulo 4, itens 4.3 e 4.4,



## LISTAGEM DAS LEIS PERTINENTES

respectivamente, as informações correspondentes aos produtos listados nesta Portaria. (Substituído pela Resolução ANTT no. 420 de 12/02/2004).

**Portaria MT nº. 22 de 19 de janeiro de 2001:** Aprova as Instruções para a Fiscalização do Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos no MERCOSUL

**Portaria MT nº 342 de 11 de outubro de 2000:** Reclassifica o Alquil Fenóis Sólidos, N.E. sob o número UN 2430, Classe 8 e retifica/autoriza o Óleo Combustível Tipo C, como substância da Classe 9, UN 3082. (Substituído pela Resolução ANTT no. 420 de 12/02/2004).

**Portaria MT nº 490 de 16 de novembro de 1998:** Altera a redação do art. 7º da Portaria nº 402/MT, de 9/9/98. (Substituído pela Resolução ANTT no. 420 de 12/02/2004).

**Portaria MT nº 402 de 9 de setembro de 1998:** Retifica a Portaria nº 204/97, inclui o produto de nº ONU 3257, inclui Provisão Especial e autoriza o transporte de produtos de nomes comerciais classificados na classe 9 (nºs 3082 e 3257). (Substituído pela Resolução ANTT no. 420 de 12/02/2004).

**Portaria MT nº 101 de 30 de março de 1998:** Dispõe sobre alterações na Regulamentação para o Transporte Rodoviário e Ferroviário de Produtos Perigosos. (Substituído pela Resolução ANTT no. 420 de 12/02/2004).

**Portaria MT nº 204 de 20 de maio de 1997:** Aprova as Anexas Instruções Complementares ao Regulamento dos Transportes Rodoviário e Ferroviário de Produtos Perigosos. (Substituído pela Resolução ANTT no. 420 de 12/02/2004).

**Portaria MT nº 261 de 11 de abril de 1989:** Promove ajustamentos técnicos – operacionais no Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos. (Substituído pela Resolução ANTT no. 420 de 12/02/2004).

**Portaria INMETRO nº 74, de 29 de maio de 2001:** Aprova o Regulamento Técnico, que estabelece os requisitos mínimos para produção em série de cilindros leves, recarregáveis para o armazenamento de gás metano veicular a alta pressão, como combustível automotivo, fixado a bordo de veículos.

**Portaria INMETRO nº 8, de 16 de janeiro de 2001:** Publica a proposta do texto de Portaria para a Regulamentação Técnica de Cilindros de Liga Leve para Armazenamento de Gás Metano Veicular.

**Portaria INMETRO nº 199, de 6 de outubro de 1994:** Aprova o “Regulamento Técnico da Qualidade nº 5 (RTQ-5) – Veículo destinado ao Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos – Inspeção”.

**Portaria INMETRO nº 276, de 16 de dezembro de 1993:** Aprova os Regulamentos Técnicos da Qualidade, RTQ-2 – Revisão 01 – Equipamentos para o Transporte Rodoviário de Produtos à Granel – Construção e Inspeção Inicial e RTQ-34 – Equipamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos à Granel – Geral – Construção.



# LISTAGEM DAS LEIS PERTINENTES

**Portaria INMETRO nº 221, de 30 de setembro 1991:** Aprova o Regulamento Técnico “Inspeção em Equipamentos destinados ao Transporte de Produtos Perigosos à Granel não incluídos em outros Regulamentos” – RT-27.

## RESOLUÇÕES

**Resolução CONAMA 302 de 20/03/2002 – APP**

**Resolução CONAMA 303 de 20/03/2002 – APP**

**Resolução CONAMA 312 de 10/10/2002 – APP**

**Resolução CONAMA 369 de 28/03/2006 – APP**

**Resolução SMA – 12, de 11/03/2005** - Aprova as Instruções para os Procedimentos de Requerimento e Comunicação Prévia de Queima Controlada da Palha da Cana-de-Açúcar;

**Resolução SMA – 15, de 13/03/2003** - Dispõe sobre os procedimentos relativos à suspensão da queima da palha da cana-de-açúcar

**Resolução nº 3924 de 08/11/2012:** Altera o anexo à Resolução ANTT nº 3.880, de 22 de agosto de 2012, que estabelece os códigos e os desdobramentos para as infrações aplicáveis devido à inobservância do Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos;

**RESOLUÇÃO Nº 3887 de 06/09/2012:** Altera o anexo da Resolução ANTT nº 420, de 12 de fevereiro de 2004, que aprova as Instruções Complementares ao Regulamento do Transporte Terrestre de Produtos Perigosos;

**RESOLUÇÃO Nº 3886 de 06/09/2012:** Altera a Resolução ANTT nº 3.665, de 4 de maio de 2011, que atualiza o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos;

**RESOLUÇÃO Nº 3880 de 22/08/2012:** Estabelece os Códigos para as Infrações aplicáveis devido à inobservância do Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos;

**Resolução 3763 de 26/01/2012:** Altera o Anexo da Resolução nº 420, de 12 de fevereiro de 2004, que aprova as Instruções Complementares ao Regulamento do Transporte Terrestre de Produtos Perigosos;

**Resolução 3762 de 26/01/2012:** Altera e revoga dispositivos da Resolução ANTT nº 3.665, de 4 de maio de 2011, que “Atualiza o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos”;

**Resolução 3671 de 17/05/2011:** Suspende a vigência da Resolução nº 3.665, de 4 de maio de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2011;

**Resolução 3665 de 04/05/2011:** Atualiza o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos;

**Resolução 3648 de 16/03/2011:** Altera a Resolução nº 3632, de 9 de fevereiro de 2011, que altera o anexo da

**Resolução nº 420, de 12 de fevereiro de 2004,** que aprova as Instruções Complementares ao Regulamento do

Transporte Terrestre de Produtos Perigosos;

**Resolução 3632 de 09/02/2011:** Altera o Anexo da Resolução nº 420, de 12 de fevereiro de 2004, que aprova as Instruções Complementares ao Regulamento do Transporte Terrestre de Produtos Perigosos;

**Resolução 3383 de 20/01/2010:** Altera o Anexo à Resolução nº 420, de 12 de fevereiro de 2004, que aprova as Instruções Complementares ao Regulamento do Transporte Terrestre de Produtos Perigosos;

**Resolução 2975 de 18/12/2008:** Altera o Anexo à Resolução nº 420, de 12 de fevereiro de 2004, que aprova as Instruções Complementares ao Regulamento do Transporte Terrestre de Produtos Perigosos;

**Resolução 2657 de 15/04/2008:** Altera o Anexo à Resolução nº 420, de 12 de fevereiro de 2004, que aprova as Instruções Complementares ao Regulamento do Transporte Terrestre de Produtos Perigosos;

**Resolução 1644 de 26/09/2006:** Altera o Anexo à Resolução nº 420, de 12 de fevereiro de 2004, que aprova as Instruções Complementares ao Regulamento do Transporte Terrestre de Produtos Perigosos;

**Resolução 701 de 25/08/2004:** Altera a Resolução nº 420, de 12 de fevereiro de 2004, que aprova as Instruções Complementares ao Regulamento do Transporte Terrestre de Produtos Perigosos e seu anexo;

**Resolução 420 de 12/02/2004:** Aprova as Instruções Complementares ao Regulamento do Transporte Terrestre de Produtos Perigosos;

## OUTROS

Convenções da OIT

Classificação ONU dos Riscos dos Produtos perigosos

Guia PAS 2050

Direitos Humanos – ONU – Critérios de eficácia do UNGP

Princípios Orientadores sobre Negócios e Direitos Humanos - Implementando a Estrutura das Nações Unidas

“Proteger, Respeitar e Remediar”

**OBS:** Essas são apenas algumas leis que sempre estamos usando, nossas leis são atualizadas e consultadas pelo nosso departamento jurídico – Germin advogados e consultores e também pelo site: [www.lex.com.br](http://www.lex.com.br)